

O PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Fabiola Rolim de Oliveira¹

Michael Douglas Batista de Araújo²

José Lindemberg Bernardo da Silva³

RESUMO

O presente trabalho tem como proposta refletir a respeito do papel do professor na educação inclusiva, ressaltando algumas leis que contribuam para garantir o direito de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1986. Evidencia-se também um breve conceito de inclusão social, necessidades educacionais especiais e integração. Para que haja de fato uma educação inclusiva é imprescindível que os professores busquem capacitação, aperfeiçoamento e formação continuada, a fim de proceder à mediação ao receber alunos com necessidades educacionais especiais, visando um ensino que respeite as diferenças e particularidades de cada indivíduo. Para tanto, a metodologia utilizada foi um levantamento bibliográfico e de caráter qualitativo a partir de Freire (2005), Fernandes (2006), Mantoan (2005), entre outros, onde através do qual se percebe a importância da educação inclusiva para os alunos com necessidades educacionais especiais e as leis que garantem a sua efetiva participação no ensino regular, fazendo com que as escolas busquem novos paradigmas e revejam a ampliação de seu Currículo e de seu Projeto Político Pedagógico, apoiando os professores no processo de ensino-aprendizagem, valorizando um ensino que leve em consideração as diferenças de cada um. Por fim, a inclusão implica uma mudança nas políticas educacionais e de implementação de projetos educacionais do sentido excludente ao sentido inclusivo, formando um ambiente onde a prática não precisa estar limitada a um sistema errôneo ligado a paradigmas que segregam a real intenção de promover a educação.

Palavras-chave: Educação inclusiva, Necessidades educacionais especiais, O papel do professor.

INTRODUÇÃO

É um grande desafio aos professores o processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, pois cabe a eles construir novas propostas de ensino, atuar com um olhar diferente em sala de aula, sendo o agente facilitador do processo de ensino-aprendizagem. Muitas vezes os professores apresentam resistência quando o assunto é mudança, proporcionando uma grande discussão de como incluir metodologias no processo

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Letras pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), fabiola_rolim@outlook.com.

² Graduando do Curso de Licenciando em Matemática pela Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA), michael.douglas1607@gmail.com.

³ Professor orientador: Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Licenciado em Pedagogia pela Faculdade Integradas do Ceará (FIC). Mestrando em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES) pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), bergbernardo.s@email.com.

de ensino que proporcione a inclusão de alunos com necessidades especiais dentro do âmbito educacional.

Quanto mais conhecemos determinado fato ou assunto, mais nos sentimos seguros diante dele. O novo gera insegurança e instabilidade, exigindo reorganização e mudança. É comum sermos resistentes ao que nos desestabiliza. Sem dúvida, as ideias inclusivas causaram muita desestabilidade e resistência (MINETTO, 2008, p.17).

Assim, cabe aos professores procurar novas posturas e habilidades que permitam compreender e intervir nas diferentes situações que se deparam, além de auxiliarem na construção de uma proposta inclusiva, fazendo com que haja mudanças significativas pautadas nas possibilidades e com uma visão positiva das pessoas com necessidades especiais. Para que os objetivos do processo de inclusão sejam alcançados, deve haver mudanças nesse processo dentro do contexto escolar, que são realizadas através da reflexão comprometida e responsável pelos envolvidos referente à realidade inclusiva.

Considerando a importância do professor no processo de ensino educativo e inclusivo, os objetivos deste trabalho foram analisar e avaliar sua qualificação e habilidades frente à inclusão de alunos com necessidades especiais e o processo de aprendizagem proposto para tais alunos, a fim de facilitar a inclusão desses sujeitos de maneira eficaz e satisfatória.

METODOLOGIA

Sabemos que para a construção de todo e qualquer estudo, torna-se necessário um percurso metodológico. A partir disso, para o referido estudo, o desenvolvimento da metodologia se deu de forma sistematizada, ou seja, partindo de uma investigação bibliográfica do tipo qualitativo. Mediante uso de leituras de artigos e arquivos documentais, que proporcionaram uma concretização sucinta da discussão do tema em destaque.

DESENVOLVIMENTO

Inclusão Social e Necessidades Educacionais Especiais: breve conceituação

O Brasil obteve um avanço importante no processo de educação inclusiva com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, que em consonância com a Constituição Federal garante a todos os mesmos direitos.

Segundo Fernandes (2006) aponta o conceito de inclusão social como:

[...] o termo “integração” é conceituado para caracterizar os movimentos iniciais de defesa de direitos de pessoas com deficiência na ocupação de diferentes espaços na vida social, como a educação, a saúde, o lazer, os esportes. (p. 67).

Quando falamos em “necessidades educacionais especiais” sugerimos a existência de um impasse na aprendizagem, indicando que os alunos com tais necessidades precisam de recursos e serviços educacionais diferenciados dentro do contexto escolar. Dessa forma, cabe às escolas adotar medidas de integração desses alunos, objetivando um ensino igualitário e justo a todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

Mantoan (2003) nos diz que:

[...] o processo de integração refere-se especificamente aos modelos de inserção escolar de alunos com deficiências, que compreendem um contínuo de possibilidades, desde as classes comuns até locais específicos, como classes e escolas especiais. (p. 09).

Para que as escolas atendam ao processo de inclusão, os alunos com necessidades educacionais especiais devem ser incluídos no ensino regular, onde o cujo processo de ensino precisa de uma revisão, a fim de atender as demandas individuais de cada aluno, independentemente de suas particularidades e diferenças, de modo a adequar e organizar o Currículo Escolar e o Projeto Político Pedagógico da instituição, contemplando a diversidade de sua comunidade escolar, formando um equilíbrio entre o desenvolvimento dos conteúdos previstos e a socialização de todos os envolvidos.

Um currículo centrado fundamentalmente nos conteúdos conceituais e nos aspectos mais acadêmicos, que propõe sistemas de avaliação baseados na superação de um nível normativo igual a todos, lança ao fracasso alunos com mais dificuldades para avançar nestes âmbitos. Os currículos mais equilibrados, nos quais o desenvolvimento social e pessoal também tem importância e em que a avaliação seja feita em função do progresso de cada aluno, facilitam a integração dos alunos (MARCHESI, 2004, p. 39).

A escola como suporte para a educação inclusiva depende de adaptações de grande e médio porte. Os de grande porte competem aos órgãos federais, estaduais e municipais de educação; as de pequeno porte são mudanças que cabem das iniciativas dos professores, que devem buscar recursos para ampliar sua qualificação, com o intuito de inserir esses alunos de forma eficaz e humana, com direitos e tratamentos iguais na educação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O papel do professor na Educação Inclusiva

Sendo a educação especial uma área de estudo relativamente nova no campo da pedagogia, muitos professores encontram-se desestabilizados frente às concepções e estruturais sociais no que diz respeito às pessoas consideradas “diferentes”. Dessa forma, a partir do século XVI, a educação busca teorias e práticas focadas ao ensino de qualidade, com profissionais comprometidos em dar aos seus alunos um ensino de qualidade, independente de suas diferenças individuais. Nessa perspectiva de está aberto a conhecer o outro, Freire (2005, p. 58) em sua obra *Pedagogia da Autonomia* afirma que “o ideal é que na experiência educativa, educandos, educadoras e educadores, juntos ‘convivam’ de tal maneira com os saberes que eles vão virando sabedoria. Algo que não é estranho a educadores e educadoras.”.

Com base na Resolução CNE/CEE nº 02/2001, a educação especial oferta apoios e serviços especializados aos alunos com necessidades educacionais especiais. Conforme aponta Fernandes (2006), destacam-se:

- Alunos surdos, que, por suas necessidades linguísticas diferenciadas, precisam conhecer a língua de sinais e exigem profissionais intérpretes;
- Alunos com deficiência visual, que necessitam de recursos técnicos, tecnológicos e materiais especializados;
- Alunos com deficiência física neuromotora, que exigem a remoção de barreiras arquitetônicas, além de recursos e materiais adaptados à sua locomoção e comunicação;
- Alunos com deficiência intelectual, que demandam adaptações significativas no currículo escolar, respeitando-se seu ritmo e estilo de aprendizagem;
- Alunos com condutas típicas de síndromes e quadros neurológicos, psiquiátricos e psicológicos que demandam apoios intensos e contínuos, além de atendimentos terapêuticos complementares à educação;
- Alunos com altas habilidades/superdotação, que, devido às motivações e aos talentos específicos, requerem enriquecimento, aprofundamento curricular e/ou aceleração de estudos. (p. 30)

O professor é o mediador entre o aluno e o conhecimento e cabe a ele promover situações pedagógicas em que os alunos com necessidades educacionais especiais superem o senso comum e avance em seu potencial humano afetivo, social e intelectual, quebrando as barreiras que se impõem.

Os professores precisam pensar na educação como um todo, Farfus (2008) afirma que:

A articulação entre os educadores é urgente, pois existe a necessidade de uma redefinição do papel do professor e de sua forma de atuar, no pensamento sistêmico. É necessário pensar na aprendizagem como um processo cooperativo e de transformação que proporcione a formação de alunos inseridos no mundo, e não mais em apenas uma comunidade local. Finalmente pensar na educação em relação aos aspectos da ética, da estética e da política; a educação fundamentada em um ideal democrático. (p. 30)

Um dos fatores primordiais para uma proposta inclusiva em sala de aula é que os professores mudem a visão incapacitante das pessoas com necessidades educacionais especiais para uma visão pautada nas possibilidades, elaborando atividades variadas, dando ênfase no respeito às diferenças e às inteligências múltiplas.

Segundo Minetto (2008), para que isso seja possível:

O professor precisa organizar-se com antecedência, planejar com detalhes as atividades e registrar o que deu certo e depois rever de que modo as coisas poderiam ter sido melhores. É preciso olhar para o resultado alcançado e perceber o quanto “todos” os alunos estão se beneficiando das ações educativas. (p. 101)

Concordando com a citação acima, os profissionais que buscam uma ação educativa, devem estar atentos às diversidades de seus alunos, procurando exercer seu papel de maneira justa e solidária, pautado no respeito mútuo, eliminando todo e qualquer tipo de discriminação com o intuito de formar cidadãos conscientes para o convívio com as diferenças.

Além do professor, a família dos alunos com necessidades educacionais especiais pode participar a todo o momento do processo de ensino-aprendizagem dessas crianças, pois o tripé escola-família-comunidade é de suma importância, pois através dessa participação os professores têm a oportunidade de melhor conhecer o seu educando e suas especificidades, surgindo a partir daí uma troca de informações a fim de possibilitar o melhor aprendizado a todos, pois sozinho não poderá efetivar uma escola fundamentada numa concepção inclusiva.

A relação professor-aluno como um indicativo social para a construção de uma sala de aula inclusiva

O professor como parte integrante da escola, deve ter a responsabilidade e o compromisso com o aluno, dando apoio para que esses se tornem um cidadão participativo na sociedade como um todo. Bessa (2011) e Libâneo (1994) nos diz que a característica mais importante da atividade profissional do professor é a mediação entre o aluno e a sociedade.

Segundo Morales (2001) a relação professor-aluno na sala de aula é complexa e abarca vários aspectos, ou seja, não se pode reduzi-la a uma fria relação didática nem a uma relação humana calorosa. Mas é preciso ver a globalidade da relação professor-aluno mediante um modelo simples relacionado diretamente com a motivação, mas que necessariamente abarca tudo o que acontece na sala de aula e há necessidade de desenvolver atividades motivadoras. Assim sendo, as relações entre docentes e discentes envolvem comportamentos intimamente relacionados, em que as ações de um desencadeiam ou promovem as do outro. Dessa maneira, o aluno não é um depósito de conhecimentos memorizado, como se fosse um fichário ou uma gaveta. O aluno é um ser capaz de pensar, refletir, discutir, ter opiniões, participar, decidir o que quer e o que não quer.

Para promover essa relação em sala de aula entre professor e aluno exige tanto do docente como do discente, e assim contribui para melhoria de todos, os alunos com necessidades especiais que precisam desses professores para uma inclusão justa e satisfatória, precisam entre outros fatores de empatia e aceitação dos professores e demais componentes escolares.

A aceitação ou consideração positiva incondicional do professor em relação ao aluno consiste numa postura de aceitação irrestrita e de respeito à pessoa do aluno, no sentido de acolher a sua alteridade, respeitando-o em sua singularidade, pois digno de confiança. Nesse sentido, uma ressalva a ser feita é em relação à questão da incondicionalidade da aceitação que nos remete ao próprio construto da congruência, pois aceitar o aluno de maneira incondicional pode, em alguns momentos, ferir o princípio da autenticidade.

Outra atitude considerada essencial no estabelecimento de um ambiente favorável à aprendizagem auto-iniciada e/ou experiencial é a compreensão empática do professor para com o educando. Ser empático é a capacidade do professor de “captar” o mundo do educando “como se” fosse o seu próprio mundo, tentando colocar-se em seu lugar, sem deixar, contudo, de ser ele mesmo.

De acordo com Rogers (1971):

Quando o professor tem a habilidade de compreender as reações íntimas do aluno, quando tem a percepção sensível do modo como o aluno vê o processo de educação e de aprendizagem, então, cresce a possibilidade de aprendizagem significativa (p. 112).

No entanto, pôr-se no lugar do outro e ver a situação pelos “olhos” do aluno é uma atitude pouco comum em nossas escolas. Estabelecer uma relação empática pode ser difícil para alguns professores, pois “sair” do seu lugar, assumindo para si, algumas atitudes dos

alunos, nem sempre é algo compatível com o jeito de ser do docente. Assim, um aluno que, por qualquer motivo, real ou imaginário, não atenda às expectativas, ou não ande no ritmo esperado, põe em evidência uma gama de sentimentos contraditórios com os quais o professor precisa lidar em sala de aula. O conflito está na base das relações humanas. Por isso, apesar do reconhecimento de que a relação pedagógica é facilitada na presença de determinadas atitudes, seria utópico esperar que o professor seja empático em todas as situações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se que houve um grande avanço nas instituições de ensino para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, fazendo com que os professores buscassem novos paradigmas e novas formas de ensinar, a fim da inclusão de todos no ensino regular, melhorando a autonomia e independência desses alunos.

Cabe ao professor realizar seu trabalho voltado ao direito da igualdade e de oportunidade a todos, o que não exige um único modo de educar, mas o de poder oferecer a cada indivíduo o que melhor atende às suas necessidades frente às suas características, interesses e habilidades.

Formar um ensino que respeite a diversidade das pessoas e aprender com isso, usufruindo de conhecimentos construídos por cada um na perspectiva de um crescimento interpessoal, pois a possibilidade de aprendizagem dessas pessoas está diretamente relacionada ao intuito de aprender, estimulado pelo professor e por todos os sujeitos que se relacionam, possibilitando a aquisição de novas funções cognitivas que será essencial para sua trajetória escolar, independente de suas necessidades e/ou capacidades.

A inclusão implica uma mudança nas políticas educacionais e de implementação de projetos educacionais do sentido excludente ao sentido inclusivo, formando um ambiente onde a prática não precisa estar limitada a um sistema paralelo de educação.

Para que os professores possam trabalhar na educação inclusiva é necessário que ocorram mudanças estruturais e pedagógicas, quebrando barreiras e abrindo portas para os alunos com diversos tipos e graus de dificuldades e habilidades.

Por fim, nota-se a importância do professor nesse processo, pois é através dele que os alunos aprendem a conviver com as diversidades e diferenças na sala de aula, fazendo com que haja um ensino voltado à compreensão e ao respeito mútuo, onde não haja discriminações, pois não existem pessoas melhores e nem piores devidos às suas particularidades, o que existe são diferenças que precisam ser superadas.

REFERÊNCIAS

- BESSA, V. H. **Teorias da Aprendizagem**. Curitiba. IESDE Brasil S.A, 2011
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- COLL, C.; PALACIOS, J. & MARCHESI, A. (organizadores). **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- FERNANDES, S. **Metodologia da Educação Especial**. 1ª ed. Curitiba. IBPEX, 2011.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005
- LIBÂNIO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.
- MANTOAN, M. T. E. A hora da virada. **Inclusão: Revista da Educação Especial**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 24-28. 2005.
- _____. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como se faz?** São Paulo: Moderna, 2003.
- MINETTO, M. F. **O currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio**. 2ª ed. Curitiba: IBPEX, 2008.
- MORALES, P. V. **A relação professor-aluno - o que é, como se faz**. São Paulo. Editorial y Distribuidora, 2001.
- ROGERS, C. R. **Liberdade para aprender**. Belo Horizonte: Interlivros, 1971.